



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO	30. JAN. 1980	TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Freitas do Amaral insiste em política de isolamento

O ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-Primeiro-Ministro, Freitas do Amaral, classificou ontem de «lamentáveis» e «estranhas» as afirmações do primeiro-ministro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, tenente-coronel Melo Antunes, de que a política externa do Governo Sá Carneiro favorece a guerra fria.

Freitas do Amaral, que falava no aeroporto, ao regressar de Estrasburgo onde participou numa reunião do Conselho da Europa, afirmou não ser da competência do Conselho da Revolução ou dos seus membros «pronunciar-se publicamente sobre a política externa portuguesa». «O Governo não abdica do seu direito de conduzi-la como entender mais convenientemente aos interesses nacionais e dentro do programa aprovado no Parlamento», comentou Freitas, acrescentando: «Como Melo Antunes foi muitas vezes o principal inspirador da anterior política externa portuguesa, quanto mais criticar o Governo, mais o Governo sentirá que está a seguir o caminho certo».

Ainda sobre a política externa do Governo da direita, o ministro disse que se tal política «é motivo de escândalo para alguns em Portugal, então isso vem demonstrar que anteriormente ela estava a ser utilizada até aqui, ilegítimamente, por alguns, contra os interesses de Portugal e do mundo ocidental

e a favor dos interesses soviéticos». Aliás, Freitas fez questão de esclarecer que o Governo Sá Carneiro entende que «o momento internacional actual é de crítica à União Soviética e não àqueles que a condenam».

Interrogado sobre a situação de Maria de Lourdes Pintasilgo, o ministro afirmou que a mesma «não tem a menor repercussão internacional».

PARTICIPAÇÃO ACTIVA NA NATO

No discurso que proferiu no Conselho da Europa, Freitas do Amaral disse que «as prioridades principais da nossa política externa, para além das relações peculiares a desenvolver com os países de expressão portuguesa, consistirão na afirmação clara da nossa natureza europeia, ocidental e atlântica, intensificando particularmente os esforços e as diligências com vista à nossa plena integração na CEE e participando

activamente nos trabalhos da Aliança Atlântica, sobretudo numa altura em que o agravamento da crise internacional aconselha um reforço da consciência, da determinação e da coesão de todos os países livres e democráticos do Ocidente».

«Portugal – sublinha o ministro dos Negócios Estrangeiros – não agirá de forma ambígua, parecendo europeu na Europa, terceiro-mundista no Terceiro Mundo, entusiasta da Aliança Atlântica em Washington e adepto do não-alinhamento nas capitais do Leste europeu».

Falando depois sobre a situação interna portuguesa, Freitas do Amaral garantiu que com o Governo Sá Carneiro «acabaram os tempos de ambiguidade e de insuficiente clareza política das instituições, que caracterizaram a primeira fase constitucional do nosso regime democrático, pela inexistência de maiores estáveis, conduzindo à formação de governos minoritários ou de independentes, a uma intervenção parlamentar permanente. Com as eleições intercalares e a vitória que estas conferiram à Aliança Democrática, criaram-se condições para que esse clima de incerteza e de instabilidade termine, pondo termo também aos reflexos pertur-

badores que dali resultavam para a opinião pública e para o próprio prestígio das instituições democráticas. O Governo a que pertence, assim, um Governo de estabilização democrática».

«LIBERDADE» E «DEMOCRACIA»

Freitas declarou também que para o Governo Sá Carneiro «a estatização sistemática e obsessiva de cariz colectivista que se abateu sobre Portugal, em todos os domínios, depois do golpe de 11 de Março de 1975» é «a maior responsável pela crise económica, pela estagnação cultural e pela insatisfação social que caracterizaram o nosso país nos últimos tempos e marcam ainda penosamente o nosso presente».

«Iremos por isso concretizar – acrescentou – as tarefas de democratização geral da nossa sociedade, até porque é nossa certeza, confirmada pelos factos que a liberdade e a democracia se devem enraizar a todos os níveis da sociedade e da iniciativa dos indivíduos e dos grupos como condição de progresso, em vez de cercear a iniciativa e a criatividade do Homem e de tudo afogar gradualmente na penosa e cinzenta asfixia do aparelho de Estado».